

# O decreto tem cinco artigos

Ingrid Rocha

O decreto de criação da "Comissão de estudos Constituintes" afirma que a Comissão elaborará "esboço de texto" a ser submetido à apreciação do Congresso constituinte eleito em novembro de 1986: O decreto tem cinco artigos, dos quais o mais importante é o que define os objetivos da comissão de "estimular o debate em torno do tema e de não interferir no trabalho dos constituintes".

Os outros quatro artigos prevêem que a própria Comissão vai elaborar seu regimento interno: que o trabalho de seus membros, por prestarem "serviços à Nação", não será remunerado; indica o jurista Afonso Ayrns para presidi-la e enumera um por um todos os seus membros e fixa para 15 de março de 1986 a entrega dos trabalhos à Presidência.

## Preocupação semântica

Houve grande preocupação por parte do presidente José Sarney para que o texto fosse conciso e preciso, não permitindo interpretações dúbias sobre as finalidades e objetivos da Comissão. Ontem, o presidente José Sarney telefonou ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, assegurando-lhe que não havia mais problemas com a relação ao texto do decreto e com a lista com os nomes dos membros da Comissão.

Sarney teria acrescentado à relação mais cinco nomes de sua preferência pessoal, e, segundo informações de assessores, a Comissão terá 50 integrantes. O presidente disse ainda a Lyra que só pretende tornar público os documentos na quarta ou quinta-feira pois a intenção do governo é "investir" no encontro dos governadores hoje no Palácio do Planalto.

Ontem, à noite, circulou no ministério rumores de que o decreto havia sido encaminhado a Lyra, extraoficialmente, para que a relação dos membros da Comissão fosse novamente

## Uma tese do outro governo

Quando o ex-presidente Ernesto Geisel, numa tarde de zanga, cassou o mandato do então líder do MDB, Alencar Furtado, a esquerda emedebista, liderada por Freitas Nobre, elaborou um documento dando as razões pelas quais todo o grupo — uns quarenta deputados — iria renunciar. Comunicado da intenção, Alencar pediu a seus amigos que aguardassem sua vinda a Brasília. E na dramática reunião havida, o líder cassado conclamou a seus companheiros a que continuassem, usando qualquer espaço disponível, e nada de renúncia. Foi então que numa reunião já agora em aberto, no Auditório Nereu Ramos, a oposição lançou o grito e deu a saída: Assembléia Nacional Constituinte.

O governo, isto é, a Arena, retorquia: o Congresso pode emendar ou fazer outra Constituição, sem ser preciso convocar-se uma Assembléia Nacional Constituinte.

Uma coisa é uma Assembléia Nacional Constituinte, votada apenas para isso — a Nação legislando para os séculos —, e finda a missão auto-dissolve-se, a fim de que, e só então, sejam eleitos os componentes da Câmara e do Senado. Outra é a cabeça do parlamentar que, após desempenhar a função Constituinte, sabe que continuará com mandato.

Vai-se agora dar cumprimento à tese não da antiga oposição, mas à dos governos de ontem. (Clovis Senna).

datilografada e enviada de volta à Presidência. O ministro negou que houvessem resistências à permanência da vereadora Benedita da Silva (PT/RJ) na Comissão.

Igualmente, Lyra sustentou que não procediam as informações de que ele estivesse fazendo restrições ao nome do ex-ministro Leitão de Abreu. O titular da Justiça passou todo o dia em seu gabinete, evitou con-

versar com a imprensa, sob a alegação de que não tinha nada para falar.

Segundo assessores, o ministro não achava que Sarney teria feito novas restrições ao texto do decreto, atribuindo mais uma vez o adiamento de sua divulgação a divergências sobre quem vai integrar a Comissão, e, possivelmente o presidente estaria ainda convidando algumas pessoas.

## O vem-vai

Fato é que o texto e a relação foram modificados várias vezes. Houve muita controvérsia se no decreto deveria constar anteprojeto ou texto. O secretário-geral do Ministério, José Paulo Cavalcanti Filho, assim como o chefe de Gabinete, Cristóvam Buarque, ponderaram que anteprojeto não era a palavra adequada, por parecer imposição e não uma contribuição aos constituintes.

Cogitou-se então de colocar a palavra "texto", mas eles puderam que ela dava idéia de algo definitivo, ao contrário do que se desejava, mas estaria mais próxima do ideal se precedida da palavra "esboço". Enfim, prevaleceu a expressão "esboço de texto", mas não se sabe se ela agradou ao presidente.

O artigo que trata dos objetivos e finalidades da Comissão é claro ao afirmar que de nenhuma forma ela pretende inibir os trabalhos dos Constituintes, mas apenas contribuir através de subsídios colhidos e discutidos com a sociedade.

Inicialmente o decreto tinha sete artigos e teve sua redação finalizada na sexta-feira passada, no qual trabalharam o chefe de gabinete, Cristóvam Buarque; o jornalista Mauro Santayana, secretário-executivo da Comissão; e assessor D'Allambert. Na segunda-feira pela manhã, o secretário-geral José Paulo Cavalcanti Filho, que havia chegado dos Estados Unidos no dia anterior, modificou, juntamente com Lyra, mais uma vez a redação do decreto. A minuta seguiu para o Palácio com seis artigos.